

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco  
ou o MME:**

**Folha de S. Paulo**

[Título: #Rumo à Eletrobrás do futuro :: Moreira Franco](#) ..... 8

**O Estado de S. Paulo**

[Título: Temer e PSDB negociam chapa Alckmin-Meirelles](#) ..... 11

**Valor Econômico**

[Título: Minas e Energia cobra plano para redução das contas de luz](#)..... 21

**Sumário**

**VEÍCULO: O Globo.....3**

Título: Poder em Jogo ..... 3

Título: MP da Eletrobrás propõe subsídios que elevam conta de luz em 7% ..... 3

Título: Redução do preço do minério faz lucro da Vale cair 35% no primeiro trimestre do ano  
..... 5

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....6**

Título: dinheiro..... 6

Título: MP pode elevar conta de luz em R\$ 4 bi por ano ..... 6

Título: #Rumo à Eletrobrás do futuro :: Moreira Franco ..... 8

Título: Chapa de presidente da Petrobras é única opção de acionistas da BRF ..... 10

<b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>	<b>11</b>
Título: Temer e PSDB negociam chapa Alckmin-Meirrelles .....	11
Título: Corra governo, corra .....	12
Título: Petrobrás busca modelo para vender Liquigás.....	14
Título: Lucro da Vale cai 36% no 1º trimestre, para R\$ 5,2 bilhões .....	14
Título: Briga por Eletropaulo chega à Comissão Europeia .....	16
Título: DF vende o etanol mais caro do Centro-Oeste .....	17
Título: Pouco atraente ao motorista .....	18
<b>VEÍCULO: Valor Econômico .....</b>	<b>19</b>
Título: Relator quer mais verba para São Francisco em troca de apoio ao projeto da Eletrobrás .....	19
Título: Emendas à MP 814 provocam projeções de alta nas tarifas .....	21
Título: Minas e Energia cobra plano para redução das contas de luz.....	21
Título: Agenda do governo se esvai em meio ao jogo eleitoral .....	22
Título: Vale poderá pagar US\$ 4 bilhões em dividendos no ano .....	24
Título: Mineradora mostra resultado sólido no 1º tri.....	26
Título: Destaques .....	27
Título: Conselho retira oferta de ações e Eletropaulo terá disputa em leilão .....	28
Título: TCU bloqueia R\$ 508 milhões da Andrade por fraudes em Angra 3 .....	30
Título: Polo petroquímico de Suape vive incerteza operacional.....	31
Título: Usinas cancelam a exportação de 400 mil toneladas de açúcar .....	33
Título: Light capta apesar de volatilidade .....	35
Título: STJ autoriza distribuidoras a cortar fornecimento de quem furta energia .....	35

**VEÍCULO: O Globo****Seção: Economia****Autor: Lydia Medeiros****Título: Poder em Jogo**

### **Destino da Eletrobrás**

Levantamento feito pela FSB Pesquisa com 225 deputados de 24 partidos, em abril, mostra que cresceu ligeiramente o apoio à proposta de privatização da Eletrobrás. A sondagem de fevereiro indicava que 51,4% dos deputados eram favoráveis à privatização. Agora, são 54,7%. A diferença entre os que aprovam e os que desaprovam a medida foi ampliada, de 8,7 pontos, para 16 pontos. Entre os partidos, a maior taxa de apoio é do DEM — 92,3%. A maior resistência está entre os baianos: 65,9% são contra vender a estatal.

### **Punição para o gato**

O STJ decidiu que as distribuidoras de energia poderão cortar o fornecimento de fraudadores. O tribunal julgou um recurso da associação das distribuidoras (Abradee) que uniformiza a jurisprudência. O relator, ministro Herman Benjamin, queria limitar o corte aos casos de inadimplência, mas entendeu que o roubo de energia deveria ter a mesma punição. Para o advogado das distribuidoras, Vítor Alves de Brito, a decisão protege o consumidor honesto, não permitindo que arque com o prejuízo das fraudes.

**VEÍCULO: O Globo****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: MP da Eletrobrás propõe subsídios que elevam conta de luz em 7%**

Relatório sugere ampliar tarifa social e dobrar remuneração de Angra 3

-Brasília- As mudanças propostas pelo relator da medida provisória que trata da privatização da Eletrobrás podem provocar um aumento médio de pelo menos 7% nas contas de luz, caso sejam aprovadas. O cálculo é da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace). O deputado Júlio Lopes (PP-RJ) apresentou ontem seu texto incluindo nele a ampliação de subsídios para o fornecimento de gás para a Região Norte, aumento no preço do gás para termelétricas e a possibilidade de elevar a remuneração da usina nuclear de Angra 3, cujas obras estão paralisadas por suspeita de corrupção.

O relatório de Lopes deve ser analisado no início de maio em uma comissão especial do Congresso para, em seguida, ser votado nos plenários da Câmara e do Senado. A MP 814, que tinha três artigos originalmente, pode se transformar em uma lei de 30 páginas. O ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e presidente da Abrace, Edvaldo Santana, diz que o impacto das propostas de Lopes no bolso dos consumidores pode ser ainda maior, a depender de como as medidas serão implantadas caso sejam aprovadas.

— Jamais uma medida provisória cresceu tanto quanto agora. É um relatório oportunista, que se aproveitou de uma oportunidade boa, a meu ver, que é a privatização da Eletrobrás, para criar uma série de contas.

Julio Lopes, no entanto, negou que haverá aumento na conta. Segundo ele, há dispositivos que permitem que o aumento dos custos seja compensado pela antecipação da renovação de contratos de hidrelétricas: — Seria louco aqui se estivesse trabalhando para aumentar tarifa. Estou dando instrumentos ao Ministério de Minas e Energia e ao governo para realizar a modicidade tarifária.

## RENOVAÇÃO DE CONTRATOS

O relator incluiu no texto, ainda, uma mudança que amplia a tarifa social de energia elétrica. O benefício, destinado a famílias de baixa renda, concede descontos na conta de luz que variam de acordo com o consumo. Lopes sugeriu que a tarifa social seja alterada e se transforme numa faixa de gratuidade de até 80 quilowatts-hora (kWh) por mês para todas as famílias que se encaixam no programa. Em valores cobrados pela Light, por exemplo, isso representa uma conta de cerca de R\$ 60. O custo da tarifa social, bem como o de outros subsídios do setor, é dividido por todos os demais consumidores por meio da conta de luz.

O texto apresentado por Lopes também amplia uma série de benefícios concedidos às distribuidoras da Eletrobrás que operam na região Norte relacionados ao fornecimento de gás. O combustível necessário para gerar energia em regiões isoladas do Brasil também é bancado pelas tarifas de consumidores em todo o país. A Eletrobrás tenta vender as distribuidoras de Norte e Nordeste até julho.

O relator propôs ainda a renovação do contrato da usina de Tucuruí, no Pará, e de outras hidrelétricas operadas pela Eletrobrás mediante pagamento de um valor por parte da estatal para a União. Controlada pela subsidiária Eletronorte, a hidrelétrica tem mais de 8 mil megawatts (MW) de capacidade de gerar energia.

A proposta ainda permite aumentar o preço do gás fornecido para as usinas que fazem parte do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT), instituído no início dos anos 2000, no governo Fernando Henrique, para estimular a construção de térmicas e ampliar a oferta de energia.

O relatório também prevê que o governo aumente a tarifa de energia elétrica que irá remunerar Angra 3 para viabilizar a retomada das obras do empreendimento. A tarifa, que hoje está em US\$ 75 por megawatt/hora, pode dobrar e atingir até US\$ 150 — considerada o padrão mundial para empreendimentos desse porte. A construção da usina, sob responsabilidade da Eletronuclear, está parada desde 2015 em meio à crise nas contas públicas e à Operação Lava-Jato.

#### BLOQUEIO À ANDRADE GUTIERREZ

Ontem, o Tribunal de Contas da União determinou a indisponibilidade de R\$ 508 milhões da Andrade Gutierrez, responsável pela obra, por suspeita de superfaturamento e gestão fraudulenta do contrato. A paralisação fez a Eletronuclear ficar com patrimônio líquido negativo de mais de R\$ 4,3 bilhões. Pela Constituição, a empresa não pode ser privatizada. Por isso, precisa ser tirada da Eletrobrás. O problema é que a cisão não pode ocorrer se a empresa tiver patrimônio líquido negativo. Isso seria revertido com o reinício das obras de Angra. (Colaborou Mateus Coutinho)

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** Economia

**Autor:** Danielle Nogueira

**Título:** Redução do preço do minério faz lucro da Vale cair 35% no primeiro trimestre do ano

Companhia reduziu nível de endividamento para R\$ 14,9 bilhões, o menor desde 2011

O lucro líquido da Vale caiu 35% no primeiro trimestre de 2018 na comparação com igual período de 2017, para R\$ 5,1 bilhões. Nos três primeiros meses do ano passado, a mineradora obteve ganho de R\$ 7,8 bilhões. Um dos fatores que impactaram o resultado foi o menor preço do minério de ferro no início de 2018, que acabou neutralizando parte do recorde de vendas do produto. Mas a companhia vislumbra um cenário positivo para o minério ao longo do ano.

Segundo a Vale, seu principal produto foi vendido, em média, por US\$ 66,41 a tonelada entre janeiro e março de 2018, ante média de US\$ 75,78 em igual período do ano passado.

O volume de vendas de finos de minério de ferro alcançou 70,8 milhões de toneladas no primeiro trimestre, recorde para o período. Ainda assim, a geração de caixa ajustada (excluídos efeitos não recorrentes) sofreu recuo de 4,7%, para R\$ 12,8 bilhões.

Em relação ao quarto trimestre, o lucro líquido da Vale dobrou. Segundo a companhia, a alta se deve, principalmente, à menor variação cambial e às menores baixas contábeis.

A Vale também reduziu seu nível de endividamento. "O primeiro trimestre de 2018 foi marcado pela desalavancagem, com a dívida líquida atingindo US\$ 14,9 bilhões, o menor nível desde o segundo trimestre de 2011, mesmo pagando US\$ 1,4 bilhão de remuneração aos acionistas" disse o diretor financeiro da Vale, Luciano Siani.

No fim de 2018, a dívida estava em US\$ 18,1 bilhões.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:** Maria Cristina Frias

**Título:** dinheiro...

### **Mercado Aberto**

A Shell vai aportar R\$ 66 milhões em uma unidade de pesquisa sobre combustíveis em conjunto com a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de SP). Serão financiados 16 projetos. O centro fica abrigado na USP.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:** Taís Hirata

**Título:** MP pode elevar conta de luz em R\$ 4 bi por ano

Publicada para destravar privatização da Eletrobrás, medida provisória recebeu adendos que oneram consumidor e União

São Paulo- A privatização da Eletrobrás ainda é incerta, mas os esforços do governo para aprovar a medida podem deixar como herança uma conta de ao menos R\$ 4 bilhões por ano aos consumidores de energia, segundo cálculo da

Abrace, associação que representa grandes consumidores de energia. Os encargos adicionais foram incluídos em uma MP (medida provisória), publicada no fim do ano passado, que tinha como objetivo destravar os estudos para a privatização da estatal de energia e aprovar medidas que viabilizariam a venda das seis distribuidoras da Eletrobrás.

A redação final apresentada pelo relator, Julio Lopes (PP-RJ), na quarta (25), trouxe uma série de alterações, que vão desde o aumento da tarifa de energia de usinas geradoras até a criação de um fundo para pagar por dois anos o salário de funcionários das distribuidoras da Eletrobrás caso estes sejam demitidos após a privatização. O texto ainda será votado no dia 8 de maio por uma Comissão Mista criada no Congresso para analisar a MP, mas a Abrace já planeja questionar judicialmente o desvio de finalidade da medida provisória, afirma o presidente da entidade, Edvaldo Santana. "A MP original tinha três artigos e três páginas.

Agora tem 25 artigos e 15 páginas", disse ele, que estima um impacto nas tarifas de ao menos 6%. Uma das alterações questionadas pela associação é o aumento do preço da energia da usina de Angra 3, cujas obras hoje estão paradas. A medida geraria um impacto de cerca de R\$ 1,8 bilhão por ano, afirma Edvaldo. A elevação da tarifa da usina seria uma forma de viabilizar as obras, segundo uma pessoa que acompanha as negociações para a retomada da construção. O valor, inicialmente fixado durante o governo de Dilma Rousseff, seria muito baixo e teria que praticamente dobrar.

Outra mudança na MP criticada é o aumento do preço do gás natural utilizado em usinas térmicas contratadas no início dos anos 2000. O texto define que o reajuste será arcado pelos consumidores. O impacto da medida foi calculado em cerca de R\$ 2,1 bilhões, segundo um ofício redigido pelo diretor da Aneel (agência reguladora do setor elétrico) Romeu Rufino. O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, defendeu a cobrança: para ele, é preferível que o consumidor pague o reajuste, caso contrário, as usinas teriam que ser desativadas e, no lugar, seriam acionadas outras térmicas, ainda mais caras.

Para Edvaldo, porém, o aumento de preço deveria ser arcado pelas companhias privadas que operam as usinas. A MP também traz medidas que podem afetar o orçamento da União. Uma delas é a criação de um novo fundo, para financiar a expansão do sistema de gasodutos no país. A Abrace ainda não tem um cálculo qual seria o potencial impacto desse fundo, cujos recursos viriam do orçamento federal e de receitas do governo com a comercialização de petróleo e derivados. Há também uma proposta para a criação de uma conta para garantir que funcionários das distribuidoras da Eletrobrás recebam salário por dois anos, mesmo que sejam demitidos, após a privatização das empresas. Procurado, o deputado Julio Lopes não se manifestou até a conclusão desta edição.

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Seção: Tendências e Debates****Autor:****Título: #Rumo à Eletrobrás do futuro :: Moreira Franco**

A Eletrobrás é a empresa que tem o maior volume de negócios em eletricidade do país, com potencial de se tornar uma das maiores e mais rentáveis empresas do setor no mundo.

Mas, mesmo com a eficiente gestão atual, a empresa corre o risco de ser mais uma vez capturada por interesses de grupos de privilegiados, que desejam manter regalias, financiadas por meio de elevadas tarifas de energia ou de aportes de capital da União — só em 2016, o governo injetou R\$ 3 bilhões para socorrer a Eletrobrás.

A empresa está diante de uma encruzilhada: priorizar os investimentos — levando energia a mais pessoas, a preços menores — ou dar as costas aos brasileiros, cobrando altas tarifas, que atendem a um grupo de privilegiados. O aparelhamento da empresa tem causado perda de valor e de relevância. E a empresa está sem capacidade de reação. Modernizar a Eletrobrás não é uma escolha; é uma necessidade.

Há duas formas de salvar a empresa. Caberá à sociedade, por meio do Congresso Nacional, fazer a escolha. A primeira implica bilionários aportes da União. Opção difícil para um país com déficit de R\$ 159 bilhões e que precisa de recursos para áreas como educação, saúde e segurança.

A segunda opção consiste na geração de valor, por meio da gestão da empresa, para a volta do crescimento. Estamos falando da pulverização — ou democratização — do controle entre distintos donos, mantendo o poder do governo em decisões estratégicas, com a valorização das ações que ele já detém na empresa. O presidente Michel Temer encaminhou projeto de lei que vai modernizar a Eletrobrás, escolhendo o caminho da eficiência e da sustentabilidade em todas as suas vertentes: social, ambiental e econômica. Optou por estancar a sangria de recursos públicos, que vão pagar prejuízos e privilégios.

A única forma de evitar que o trabalhador, o consumidor e o contribuinte fiquem em um eterno ciclo de pagamento de passivos é justamente anular os instrumentos que dão origem a esses passivos. Não se trata de uma discussão



financeira, e sim de um compromisso com o futuro. Defendemos um debate claro e transparente:

1. A pulverização do capital deixa a Eletrobrás menos exposta à corrupção, com boa governança. As principais empresas de energia no mundo são corporações, algumas atuantes no Brasil, como Enel, Engie, Iberdrola, AES e EDP. No mundo, empresas como Apple e Coca-Cola são corporações.
2. Diversos estudos demonstram que a modernização não implica aumentos tarifários ao consumidor.
3. Democratizando o controle da empresa e estabelecendo limites à formação de blocos de controle, evitamos que outra companhia assuma o controle. Essa é a forma de garantir que a Eletrobrás seguirá como uma grande empresa brasileira, independente e autônoma.
4. Esse modelo valorizará o capital do governo brasileiro na empresa. A diluição do controle vai atrair investidores para financiar a retomada do crescimento da empresa e vai assegurar a energia de que o Brasil precisa para crescer.
5. Tendo sua base de capital fortalecida e com governança, a Eletrobrás ganhará musculatura financeira e será capaz de atrair talentos do setor.
6. Uma Eletrobrás forte pagará mais impostos e dividendos para o governo. Isso significa mais recursos para áreas como saúde, educação e segurança. Basta ver os exemplos da Embraer e da Vale.
7. A modernização da empresa significa também recursos para o rio São Francisco. Na proposta, a bacia do São Francisco terá um montante financeiro anual superior a todos os investimentos que a Eletrobrás fez em meio ambiente em 2016.

O setor elétrico mundial avança com o desenvolvimento das energias renováveis e da livre participação do consumidor como gestor de sua própria conta de luz. Essa revolução traz ganhos a toda a sociedade, acolhendo empresas que se prepararam para a chegada desse futuro. O Brasil não pode ficar de fora dessa revolução pela qual passa todo o mundo.

A modernização da gestão da Eletrobrás é um dos grandes debates de 2018. Não dá para esperar mais. Essa nova Eletrobrás será melhor, mais forte e mais justa socialmente. Ganha a sociedade, ganha a empresa, ganha o Brasil.

É ministro de Minas e Energia; filiado ao MDB-RJ, foi ministro da Secretaria-Geral da Presidência (2017-2018, gestão Temer), da Aviação Civil (2013-2015, gestão Dilma) e governador do Rio (1987-1991)

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Seção: Mercado****Autor:****Título: Chapa de presidente da Petrobras é única opção de acionistas da BRF**

A escolha do conselho de administração da BRF não será mais vaga a vaga. Na assembleia marcada para esta quinta-feira (26), a única opção dos acionistas será a chapa encabeçada pelo executivo Pedro Parente, que também é presidente da Petrobras.

A mudança ocorreu porque o fundo Aberdeen retirou seu pedido para que a aprovação de cada conselheiro fosse feita separadamente.

O objetivo dos gestores do Aberdeen era forçar um acordo entre os principais sócios da companhia—o empresário Abílio Diniz, o fundo Tarpon, e os fundos de pensão Petros (Petrobras) e Previ (Banco do Brasil)— o que acabou ocorrendo com a escolha de Parente à presidência do conselho.

Voltou a prevalecer, portanto, uma chapa única. Os novos conselheiros são Augusto Marques da Cruz Filho, Dan Ioschpe, Flávia Buarque de Almeida, Francisco Petros, José Luiz Osório, Luiz Fernando Furlan, Roberto Mendes, Roberto Rodrigues, Walter Malieni Junior, além de Pedro Parente.

Nessa composição, Abílio deixa de ser o chairman do conselho e terá indicação de uma vaga: Flávia Almeida, sócia da Península, empresa de participações da família Diniz.

Já os fundos Petros e Previ terão ao menos três representantes diretos: Francisco Petros (Petros), Augusto Cruz (Petros) e Walter Malieni (Previ). O fundo Tarpon deixará de ter assento no conselho.

A primeira tarefa de Parente será eleger o novo presidente-executivo da BRF, que está acéfala desde segunda (23), quando José Aurélio Drummond renunciou ao posto após poucos meses no cargo. Eleito com apoio de Abílio, ele não tinha respaldo dos fundos de pensão e, após conversar com Parente, percebeu que não teria apoio para seguir no cargo.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Economia****Autor: Pedro Venceslau Renan Truffi Igor Gadelha Adriana Fernandes /  
BRASÍLIA****Título: Temer e PSDB negociam chapa Alckmin-Meirrelles**

Eleições. Fraco desempenho em pesquisas eleitorais e ascensão da pré-candidatura de Joaquim Barbosa levam MDB e tucanos a avaliar aliança para reunificar centro político

O presidente Michel Temer (MDB) e o ex-governador Geraldo Alckmin, pré-candidato do PSDB, voltaram a se aproximar e negociam um acordo que reunifique o centro político. Na proposta apresentada pelo Planalto, essa chapa presidencial seria encabeçada pelo tucano com o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles (MDB) como candidato a vice. Alckmin analisa a ideia e, neste momento, seus aliados avaliam existirem muitos obstáculos para o acordo. Embora ainda se apresente como pré-candidato à reeleição, Temer admitiu a pelo menos dois interlocutores – um do MDB e outro do PSDB – que não deve concorrer a mais um mandato.

O presidente avalia que a nova formação pode unir o centro político e evitar o isolamento do seu partido e de sua gestão no processo eleitoral. A proposta de um palanque unificado ganhou corpo após a mais recente pesquisa Datafolha mostrar Temer, que pode ser alvo de uma terceira denúncia da Procuradoria-Geral da República, estacionado com 1% das intenções de voto. O bom desempenho do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa (PSB), que registrou até 10%, também preocupa tucanos e emedebistas. Eles temem que Barbosa ocupe o espaço do centro e avance sobre a centro-esquerda.

A aliança ampliaria o tempo de Alckmin nos programas eleitorais de rádio e TV e seus palanques regionais. Por ora, MDB e PSDB fazem planos de lançar, cada um, candidatos a governo em 12 Estados. Em contrapartida, o tucano incorporaria a seu discurso de campanha a defesa de programas do governo Temer. A possibilidade de uma dobradinha entre Alckmin e Meirelles foi noticiada, ainda no início de março, pela colunista do Estado Eliane Cantanhêde. A proposta sofre resistência em parte do MDB: a ideia não foi bem recebida pelo **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, e pelo marqueteiro Elsinho Mouco. A cúpula do PSDB deu aval às negociações que, segundo interlocutores de Alckmin, partiram de Temer.

A proposta foi levada ao ex-governador pelo ex-prefeito João Doria, que se reuniu com o presidente no sábado. Alckmin viu a tese "com bons olhos" e

pediu ao comando de sua pré-campanha que incluía o nome de Meirelles nas pesquisas internas sobre potenciais candidatos a vice. Além do ex-ministro, estão nesta lista Mendonça Filho (DEM-PE) e Álvaro Dias (Podemos-PR). Tucanos querem agora que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e o chanceler Aloysio Nunes Ferreira entrem nas negociações. Impasse. Em pré-campanha, Meirelles não admite, por ora, a possibilidade de ser vice (mais informações nesta página). Segundo auxiliares, o ex-ministro preferiria ficar fora da disputa se não encabeçar a chapa.

A articulação enfrenta outro impasse: o cenário em São Paulo. Temer gostaria de replicar a aliança nacional no Estado, mas emedebistas e tucanos se opõem. Doria e o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, lideram as pesquisas de intenção de voto. Duas foram as opções colocadas à mesa: que Skaf desista do governo para disputar o Senado na chapa encabeçada por Doria, ou que o tucano abra mão em troca de ocupar uma pasta de Temer, o Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio. Nesse cenário, o médico David Uip seria o indicado do PSDB para ser o vice de Skaf.

COLABOROU TÂNIA MONTEIRO

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:** Zeina Latif

**Título:** Corra governo, corra

As pesquisas de intenção de voto para presidente apontam um quadro desafiador para os candidatos de centro, que são particularmente impactados pela criminalização da política e indignação da sociedade com o desastre econômico. Esse quadro vem azedando o humor do mercado financeiro, pois candidatos políticos de centro são vistos como mais equipados para aprovar reformas, por conta de uma maior capacidade de diálogo e negociação no Congresso. Não políticos e candidatos de extremos poderão enfrentar mais dificuldades e a ter uma curva de aprendizado mais lenta na Presidência. Já sentimos na pele o custo de gestora inexperiente.

A incerteza política e o comportamento recente dos preços de ativos podem contaminar a confiança dos empresários, que tendem a ser mais cautelosos nas contratações e no investimento. São mais más notícias para as candidaturas de centro. A inação do governo na agenda econômica agrava o quadro. Não se observa empenho suficiente para a aprovação de reformas estruturais, e na falta da agenda "positiva", pode prevalecer a agenda "negativa" de concessões de benefícios, como nos generosos Funrural e Refis das micro e pequenas empresas.

Há muitas medidas estruturais na mesa, e este é um grande mérito dos técnicos do governo. Mas o risco de "morrerem na praia" é grande. Não são agendas fáceis, pois para cada distorção no nosso sistema produtivo há um setor que se beneficia e tenta preservá-la, com prejuízo dos demais. As reformas cujo debate parece menos maduro, como a privatização da Eletrobrás e autonomia do Banco Central, terão mais dificuldade para serem aprovadas este ano. Mas há um amplo conjunto de medidas que poderiam avançar. Vale citar algumas.

O aprimoramento do cadastro positivo prevê a adesão automática de consumidores (exceto manifestação contrária) aos chamados birôs de crédito. Essas instituições coletam informações de pagamentos em dia dos consumidores, inclusive as contas de consumo, e, utilizando métodos apropriados, atribuem notas à capacidade do consumidor de honrar seus compromissos. O objetivo é aumentar o acesso ao crédito e reduzir seu custo, ao elevar a capacidade das instituições financeiras de identificarem os bons pagadores. O cadastro positivo é amplamente utilizado no mundo há décadas. Há oposição de grupos associados à defesa do consumidor que temem o vazamento de informações, algo despropositado diante de todos os cuidados tomados.

A criação da duplicata eletrônica amplia a utilização de ativos que podem servir de garantias de empréstimos, ao aumentar a segurança de credores. Atualmente, há muitas "duplicatas frias". Um exemplo é quando uma mesma duplicata é utilizada como garantia de mais de um empréstimo. A burocracia também será menor. Na regra atual, em caso de inadimplência, a duplicata é executada mediante o protesto em cartório. Com o registro eletrônico, isso não será necessário. Há, naturalmente, muita resistência dos cartórios a esta medida que muito irá contribuir para a redução dos juros e o crescimento desta modalidade de crédito.

A lista é extensa e ampla, incluindo temas como a regulamentação do distrato (para reforçar a segurança jurídica no mercado imobiliário), simplificação tributária e a recuperação financeira de estatais. Há também o trabalho do **Ministério de Minas e Energia** – um dos grandes destaques do governo Temer – para reformular os marcos regulatórios de mineração e do setor elétrico, que foi praticamente engavetado.

O governo tem falhado nesta agenda e parece descartar medidas que não trazem ganhos políticos palpáveis, mas que contribuiriam muito, não só para destravar o crescimento de longo prazo, mas também para reduzir o risco eleitoral, ao elevar a competitividade de candidaturas de centro. Não estamos diante de uma eleição qualquer, devido ao grande descrédito da sociedade na classe política. Os cálculos políticos, portanto, precisam incluir o cuidado com a agenda econômica. Ou 2018 poderá terminar mal.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Economia****Autor: Denise Luna / RIO****Título: Petrobrás busca modelo para vender Liquigás**

Depois de se ver impedida de aceitar a oferta de R\$ 2,8 bilhões do Grupo Ultra pela sua distribuidora de gás de cozinha, Liquigás, a Petrobrás decidiu se prevenir e está elaborando uma nova campanha de venda da empresa, em sintonia com o órgão de concentração econômica que rejeitou o negócio, o Conselho de Administração de Defesa Econômica (Cade).

O Estadão/Broadcast apurou que após reuniões com o Cade, a Petrobrás colheu informações para trabalhar em um modelo de venda que trará as condições necessárias para evitar a participação de empresas que possam novamente configurar concentração do mercado, motivo que impediu o primeiro negócio. No caso do grupo Ultra, haveria concentração nos Estados da Bahia, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Se a venda fosse concretizada, a Ultragaz, do grupo Ultra, teria 45% do mercado.

Para Guilherme Vinhas, sócio e especialista em Direito do Petróleo do Vinhas e Redenschi Advogados, a Petrobrás não vai mais conseguir um valor tão alto pelo ativo, já que, com a compra, a Ultragaz teria o domínio do mercado. A solução, avaliou, será encontrar uma empresa estrangeira, "que chegaria com zero do mercado e assim evitaria a concentração", ou fatiar a Liquigás, para que mais empresas, inclusive as nacionais, pudessem comprar uma participação.

A venda da distribuidora de gás da Petrobrás faz parte do programa de desinvestimento da empresa, que visa arrecadar US\$ 21 bilhões entre 2017 e 2018. Ainda não há, porém, prazo para a divulgação da nova venda e quanto renderia para a estatal. A Liquigás é a segunda colocada do mercado, com participação de 21,85%, superada apenas pela Ultragaz, com 23,49%.

Oficialmente, a Petrobrás não confirma seus planos de venda.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Economia****Autor: Renata Batista / RIO Fernanda Guimarães****Título: Lucro da Vale cai 36% no 1º trimestre, para R\$ 5,2 bilhões**

Desempenho foi reflexo da retração de 12% no preço médio do principal produto da companhia, o minério de ferro

A Vale fechou o primeiro trimestre com uma queda de 36% no lucro, que somou R\$ 5,2 bilhões. O desempenho foi reflexo direto da retração de 12% no preço médio do principal produto comercializado pela companhia, o minério de ferro. O resultado da Vale veio abaixo das expectativas de instituições financeiras consultadas pelo Estadão/ Broadcast.

Pelos cálculos da companhia, se toda a depreciação do insumo tivesse sido transferida ao resultado, o impacto negativo teria sido de US\$ 1 bilhão no desempenho financeiro do período. O balanço foi amenizado pelo recorde de vendas e pela estratégia da Vale de focar na comercialização do chamado "minério premium", que tem maior teor de ferro e, por isso, gera mais receitas em função de cotações mais elevadas no mercado internacional.

"Chegamos a ter quase US\$ 5 de prêmio sobre o índice no nosso portfólio de produtos de minério de ferro, permitindo uma margem geração de caixa (EBITDA) de US\$ 40 por tonelada, destacou o diretor executivo de Finanças da empresa, Luciano Siani.

O balanço da companhia mostra que as vendas de minério e pelotas para a China aumentaram 7%. O país respondeu por 42% da receita de comercialização da Vale no período. Somado, o mercado asiático ficou com uma fatia de 58% das vendas da companhia, que destina outros 17% de sua produção para a Europa. Apesar do desempenho mais fraco, o executivo comemorou a redução da dívida, que atingiu o nível mais baixo desde segundo trimestre de 2011.

"O primeiro trimestre de 2018 foi marcado pela desalavancagem, com a dívida líquida atingindo US\$ 14,9 bilhões, o menor nível desde o segundo trimestre de 2011, mesmo com a companhia pagando US\$ 1,4 bilhão de remuneração aos acionistas", afirmou. Segundo Siani, a meta da companhia agora é baixar o endividamento para um patamar na casa dos US\$ 10 bilhões no curto prazo.

O diretor lembra ainda que, com a nova política de dividendos, o resultado já sinaliza o pagamento de US\$ 1 bilhão em dividendos relativos ao primeiro semestre. As novas regras começam a vigorar este ano e são atreladas à geração de caixa, que alcançou US\$ 4 bilhões no primeiro trimestre deste ano. Cifra que corresponde a uma queda de 7,8% frente ao mesmo período do ano passado.

Previsibilidade. No resultado, o presidente da Vale, Fábio Schvartsman, destacou que está comprometido a "transformar a Vale em uma empresa mais previsível, para que, em qualquer cenário de preços, o mercado possa facilmente prever seu desempenho". "Isso só será possível se tivermos total controle de tudo que não seja preços, o que significa que teremos uma política



de alocação de capital muito rigorosa, um foco constante em desempenho e esforços contínuos de otimização de custos", disse. Hoje, a empresa realiza duas teleconferências com analistas para comentar os números.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:** Renée Pereira Luciana Collet

**Título:** Briga por Eletropaulo chega à Comissão Europeia

Em disputa com italiana Enel por brasileira, espanhola Iberdrola vai à instituição questionar conduta da rival

A briga entre a italiana Enel e a espanhola Iberdrola, controladora da Neoenergia, pela compra da Eletropaulo esquentou mais uma vez. Se por aqui o grupo italiano ganhou um round, ao forçar a Eletropaulo a cancelar ontem sua oferta pública de distribuição primária de ações (follow on), a espanhola decidiu jogar mais pesado. Numa carta formal enviada à Comissão Europeia, a empresa reclama da postura da rival nas negociações mundo afora.

No documento, a Iberdrola afirma que a Enel não age de acordo com os critérios de mercado e adota decisões sem a menor lógica econômica. "Eles não estão competindo em igualdade de condições, porque a empresa italiana está tirando proveito de sua condição de empresa estatal (o governo detém 23,6% da empresa)", diz a espanhola, na carta assinada pela diretora de assuntos europeus da Iberdrola, Eva Chamizo Llatas.

Ela pede que a Comissão Europeia atue para acabar com o risco de distorção da "igualdade de condições" nos mercados em que a Enel opera ou deseja entrar. A Iberdrola acusa a italiana de adotar decisões de investimento irreais, que estão comprometendo os negócios de energia e alerta para a atuação da empresa nas negociações para a compra da Eletropaulo. O documento sugere que a Enel não estaria cumprindo regras de tratado europeu no que diz respeito ao setor elétrico, provocando prejuízos ao grupo espanhol em vários dos mercados onde ambas competem.

No Brasil, a Iberdrola afirma que a Enel está aproveitando sua condição de empresa pública na Itália para tentar influenciar o conselho da Eletropaulo e o órgão regulador (a CVM) e intimidar os concorrentes. A espanhola se refere às reclamações que a Enel fez no fim de semana numa carta aberta publicada nos principais jornais do País.

A italiana questionou a postura da Eletropaulo de dar continuidade ao processo de follow on e ao mesmo tempo fazer um acordo de investimento com a



Neoenergia. Diante da reclamação a CVM pediu esclarecimentos a Eletropaulo. A distribuidora paulista respondeu aos questionamentos e "desmentiu" o grupo italiano sobre alguns pontos da carta aberta, especialmente em relação ao "acordo de investimento" com a Neoenergia. Isso porque a primeira proposta da Enel teria sido nos moldes da espanhola.

Novo lance. Ontem, enquanto Iberdrola fazia sua reclamação na Europa, a Enel reforçava sua proposta pela Eletropaulo pela segunda vez. O grupo italiano elevou o lance de R\$ 28 para R\$ 32 a oferta por ação da concessionária – valor 8,8% superior à proposta da Neoenergia.

Procurada para comentar a carta da Iberdrola à Comissão Europeia, a Enel não se posicionou. Fontes próximas à companhia rebatem, no entanto, os argumentos da Iberdrola, afirmando que o balanço financeiro do grupo é forte, sendo uma das empresas europeias menos alavancadas.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Economia

**Autor:** Anna Russi / Bruno Santa Rita

**Título:** DF vende o etanol mais caro do Centro-Oeste

Trocar a gasolina pelo etanol pode ser uma boa estratégia para aliviar o orçamento familiar. Mas, como o consumo dos dois combustíveis varia, é preciso fazer contas antes de optar pelo álcool. Para o brasiliense, porém, a tentativa de economia esbarra nos preços cobrados nos postos. O Distrito Federal (DF) vende o litro de etanol mais caro do Centro-Oeste: em média, R\$ 3,59, de acordo com o Índice de Preços Ticket log (IPTL).

O estudo analisou 36 mil estabelecimentos credenciados em todo o país e constatou que a gasolina mais cara está em Goiás, R\$ 4,44. O álcool com preço mais barato foi encontrado em Mato Grosso, por R\$ 2,89, e a gasolina mais em conta é vendida em Mato Grosso do Sul, a R\$ 4,25, em média. Segundo o IPTL, houve alta nos valores de bomba dos dois combustíveis em março. A gasolina passou para R\$ 4,29 e o etanol, para R\$ 3,49, em média.

Segundo o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires, a alta no preço do etanol pode ter a ver com o frete para a entrega do produto no DF, já que não há grandes produtoras próximas à região. "O frete influencia o valor do produto e é repassado para o consumidor. Tem que botar no caminhão e trazer para os postos revenderem aqui", explicou.

Dentro da composição do preço dos combustíveis, um dos fatores que mais

influência no alto custo repassado aos consumidores é o Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviço (ICMS), que é estadual, ou seja, muda em cada unidade da Federação. No DF, o ICMS sobre a gasolina é de 28% e sobre o etanol é de 19%. Já em Goiás, a gasolina recebe um imposto de 30% e o etanol de 25%.

Sem explicação

A diferença do etanol entre os dois estados é de R\$ 0,52, no entanto somente R\$ 0,24 são explicados pela diferença do imposto, sendo mais caro no DF. Logo, R\$ 0,28 são devidos a outros fatores, como margem de lucro, distribuição, aluguel da loja e demanda pelo produto. Já a diferença na gasolina nos dois estados é de R\$ 0,076, sendo a do DF mais em conta.

Pires explica que, assim como o frete influencia o valor cobrado pelo álcool no DF, eleva o preço da gasolina no estado vizinho. “Goiás está muito longe da refinaria. A mais perto é a Gabriel Passos, em Minas Gerais”, explicou.

A Petrobras anunciou reajuste do preço da gasolina. Subirá de R\$ 1,7727 para R\$ 1,7977. Como o petróleo é uma commodity, fatores externos podem influenciar os preços nos próximos dias. Segundo o economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Fabio Bentes, um exemplo dessa influência é a alta do dólar. “A tendência é o preço da gasolina acompanhar mais de perto o preço internacional do petróleo. Essa foi uma mudança muito clara na atual política de preços da Petrobras”, afirma.

Ontem, o Correio percorreu 30 postos no DF, em que o litro da gasolina variava entre R\$ 3,99 e R\$ 4,49. Já o do etanol, de R\$ 3,21 a R\$ 3,88. Nesta semana, 17 postos pesquisados apresentaram queda nos valores da gasolina.

*\* Estagiários sob supervisão de Rozane Oliveira*

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Economia

**Autor:** Anna Russi / Bruno Santa Rita

**Título:** Pouco atraente ao motorista

O jornalista Dalai Coutinho, 28 anos, explica que, para ele, não vale a pena utilizar álcool. Para economizar, deixou o carro de lado e passou a usar mais a moto. “Eu uso a moto pelo menos três vezes durante a semana para ir ao trabalho”, explica. “Na moto, menos de 50 enche o tanque. No carro, não”, disse.

Para o servidor público Guilherme Oliveira, 37 anos, o preço do álcool afasta os consumidores e pouca gente abastece com etanol. “É inviável economicamente, o carro consome mais etanol”, explica. Ele conta que sua estratégia para tentar economizar é seguir os postos que “puxam” os preços dos outros e, assim, encher o tanque pelo preço mais em conta.

Antonio Pádua Rodrigues, diretor técnico da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Única), explicou que o preço do etanol depende do preço da gasolina na bomba. “Se a gasolina estivesse em torno de R\$ 3, o etanol teria que custar R\$ 2 para ter mercado. Ele é muito dependente do preço do petróleo”, explicou.

Na opinião do economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Fabio Bentes, o etanol é o “típico bem de substituição”. Segundo ele, a tendência é de que o etanol seja utilizado quando a gasolina atinge preços elevados. “Se a gasolina fica muito cara, há uma demanda maior pelo etanol”, explica. Ele informa que isso pode ser um dos motivos para o aumento do preço no DF, já que há mais demanda. “Se você percebe aumento da demanda, o preço sobe. Isso acontece em qualquer mercado”, analisa.

De acordo com a Única, nos primeiros 15 dias de abril deste ano, o volume de etanol comercializado pelas unidades produtoras do Centro-Sul somou 878,02 milhões de litros, o que mostra uma alta de 12,8% na comparação com o mesmo período de 2017. Foram 16,06 milhões de litros para exportação e 861,96 para o mercado doméstico.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Raphael Di Cunto | De Brasília

**Título:** Relator quer mais verba para São Francisco em troca de apoio ao projeto da Eletrobrás

Num movimento para angariar o apoio das bancadas do Nordeste e Minas Gerais à privatização da Eletrobrás e diminuir as resistências no Congresso, o relator do projeto da desestatização na Câmara, deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), afirmou ontem ao **Valor**, que vai propor elevar de R\$ 9 bilhões em 30 anos para R\$ 30 bilhões o repasse para as obras de revitalização do rio São Francisco.

O governo tinha sinalizado que topava incluir no projeto a transferência de até R\$ 15 bilhões (R\$ 500 milhões por ano), mas Aleluia achou insuficiente. “A fundação Renova, que faz a recuperação do vale do Rio Doce, gastará mais de R\$ 20 bilhões. Porque o São Francisco terá só R\$ 15 bilhões?”, questionou. O

termo de ajustamento de conduta (TAC) da mineradora Samarco prevê repasse de R\$ 24 bilhões em 15 anos pelos danos causados pelo rompimento de uma barragem em Mariana (MG). Ele diz que já avisou o governo, que não teria gostado da notícia.

Para o relator, o valor está aberto a negociação. Num primeiro momento, ele sinalizou que poderia reduzir a R\$ 750 milhões por ano. Mas depois de o governo apoiar ontem a inclusão de diversos "jabutis" na medida provisória (MP) que preparará o terreno para a privatização, elevou o tom e disse que R\$ 1 bilhão é um valor razoável. "Só o que o governo colocou em jabutis, como descotização da usina de Tucuruí, é mais do que isso", disse.

Na opinião de Aleluia, se o governo está preocupado em não abrir mão de receita para fechar as contas este ano - a previsão no Orçamento é o Tesouro ficar com pelo menos R\$ 12 bilhões da operação de "descotização" -, acabará sem dinheiro algum se não ceder. "O governo quer dinheiro, mas vai terminar não tendo nada", disse. Ele ressaltou, contudo, que o Executivo tem margem para receber os R\$ 12 bilhões este ano e ainda garantir os R\$ 30 bilhões para o São Francisco, já que o valor para o rio será diluído ao longo de 30 anos. Uma fundação privada, que a ser criada junto com a privatização, vai gerir a aplicação do dinheiro.

Além disso, o relatório vai prever que parte da produção hidrelétrica do rio custeie o sistema de bombeamento d'água do São Francisco, que custará cerca de R\$ 500 milhões por ano - e que o governo pretendia pagar com a venda de água do rio, o que Aleluia considera insuficiente.

Para evitar que a conta fique com o Tesouro Nacional no futuro, ele vai propor que uma cota anual da produção em megawatt seja repassada para manutenção das bombas. O valor, ainda não definido, aumentaria gradualmente a medida em que as obras da transposição forem avançando e mais bombas sejam necessárias.

A oposição diz que ao tentar conquistar votos com o aumento nos recursos para o São Francisco, o relator elevará o custo da energia para todos. "Quem votar a favor dessa privatização estará votando a favor do aumento da conta de luz", disse o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP).

Oposição e governo não chegaram a acordo sobre a data de apresentação do relatório. Aleluia queria ler o parecer dia 2 de maio na comissão, para abrir o prazo de emendas e discussão, e votar na primeira quinzena, calendário alinhado ao do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Já a oposição defendeu que é preciso aguardar pelo menos o fim das audiências públicas marcadas - ocorrerão seminários nos Estados entre 7 e 11 de maio. Com o

impasse, o governo estudava levar o projeto direto ao plenário com um requerimento de urgência, mas ainda não tinha batido o martelo até a noite.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Rafael Bitencourt | De Brasília

**Título:** Emendas à MP 814 provocam projeções de alta nas tarifas

A proposta do governo de eliminar entraves à venda das distribuidoras da Eletrobrás, com a MP 814/17, tem levado o setor elétrico a fazer projeções de aumento nas tarifas devido aos custos criados por emendas ao texto original. Ontem, o deputado Júlio Lopes (PP-RJ) apresentou o relatório da MP em que acata incorporação de custos que o governo não apoiava.

O relatório confirmou a incorporação de algumas emendas que o **Valor** havia revelado nas últimas semanas. Uma delas diz respeito à possibilidade de extensão do prazo de concessão das usinas como solução para as geradoras assumirem os prejuízos com a produção de energia abaixo do montante definido no contrato. A medida vinha sendo apoiada pelas autoridades da área energética para equacionar a inadimplência de donos de usinas, que atinge mais de R\$ 6 bilhões.

Lopes também incorporou à sua análise a proposta de atualizar o custo de operação de 21 térmicas da Petrobras, contratadas pelo Programa Prioritário de Termelétricas (PPT). O relator ressalta que buscou uma "solução definitiva" para a situação dessas térmicas. O texto ressalta que o problema já tem provocado o corte do fornecimento de gás natural à termelétrica Fortaleza, o que tem levado ao acionamento de termelétricas "mais dispendiosas".

O relatório da MP 814 abre o caminho para a usina Angra 3 atualizar a tarifa, definida em R\$ 240 o megawatt-hora (MWh). A medida é necessária, segundo o documento, para "evitar o colapso financeiro da Eletronuclear", o que traria "graves consequências para o grupo Eletrobrás". A revisão do valor poderá ser feita por meio da captura de eventuais variações no preço do combustível nuclear ou baseada no valor médio de comercialização da energia produzida em outros países.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Daniel Rittner | De Brasília

**Título:** Minas e Energia cobra plano para redução das contas de luz

**O ministro de Minas e Energia, Moreira Franco,** convocou todas as autoridades do setor elétrico para cobrar um plano de redução das contas de luz. A ideia é fazer um corte em subsídios cruzados que encarecem as tarifas. Ainda não existe um plano bem definido, mas a diretriz será apresentada em reunião amanhã no ministério, às 11h.

Foram chamadas as diretorias da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Moreira Franco não quer nenhuma redução a fórceps, pretende respeitar plenamente as regras do setor e acha que existem ineficiências em contas setoriais que podem ser eliminadas. Mesmo assim, a convocação gerou ruído e apreensão entre algumas autoridades. Houve, de imediato, lembranças dos estragos causados pela MP 579 - a medida provisória assinada pela ex-presidente Dilma Rousseff, em 2012.

O plano de Dilma provocou uma queda de 20% nas tarifas, mas depois houve uma sucessão de aumentos que corroeram totalmente os objetivos iniciais. Só em 2015, por exemplo, houve alta acima de 50% na maioria das distribuidoras de energia.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Opinião

**Autor:**

**Título:** Agenda do governo se esvai em meio ao jogo eleitoral

Com o Congresso desgovernado - sempre um perigo - e em ritmo eleitoral, os principais projetos do governo estão naufragando. As duas iniciativas que poderiam trazer recursos importantes para os cofres públicos, a privatização da Eletrobrás e o leilão das reservas excedentes dos campos de pré-sal concedidos à Petrobras em 2010, que teriam potencial de angariar até R\$ 100 bilhões, deverão ficar para o próximo governo. Até mesmo projetos mais simples, embora importantes, como o do cadastro positivo, enfrenta a má vontade dos congressistas, amplamente compartilhada pela base governista.

O governo de Michel Temer propagou no fim do ano passado que executaria um amplo programa de concessões e privatizações. Na verdade, só andaram de fato os leilões do pré-sal e outros de petróleo, e os próximos, o quarto e quinto, sob regime de partilha, darão contribuição importante para o cumprimento da meta de déficit fiscal.

A aproximação das eleições, como era esperado, provocou a dispersão dos esforços e a pulverização dos interesses. Falta pouco para se encerrar o primeiro semestre legislativo e na metade final do ano, até as eleições de outubro, quase nada de muito importante será aprovado.

Complicou sobremaneira a agenda legislativa do governo o lançamento da candidatura presidencial do presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) e, ao mesmo tempo, a divulgação do desejo de Temer de se reeleger e ficar aonde está. A janela partidária para a troca de partidos, magnetizada pelo dinheiro do fundo eleitoral, retirou força do MDB, que perdeu 15 deputados, ampliou o poder de legendas do centrão, como o PP, e permitiu alinhamento preliminar de forças eleitorais que não é contrário a Temer, mas que simplesmente passa ao largo dele.

A coordenação governista nunca foi um primor e agora, ao que parece, deixou de existir. Um lance positivo de ousadia foi anunciado pelo presidente em agosto de 2017: a privatização da Eletrobrás, via aumento de capital sem participação do acionista majoritário, e a venda de sua penca de distribuidoras insolventes.

Em tempos normais, fazer isso seria uma proeza. A Eletrobrás, que compõe "um dos piores exemplos de gestão financeira da coisa pública", segundo o ex-diretor da Aneel, Edvaldo Santana, é um feudo histórico do MDB. Sua situação financeira é deplorável e delineia um retrato acabado do estilo medebista de gestão, onde o apadrinhamento político é a regra e a competência nos cargos diretivos, exceção. Se Temer fosse um presidente forte, talvez conseguisse alinhar apoio de seu partido para a tarefa. Enfraquecido ainda mais com a ameaça de uma terceira denúncia de corrupção, tornou-se refém do Congresso.

Nas análises da MP 814, que autoriza os estudos para privatização da Eletrobrás e distribuidoras, e do PL 9.463, que define suas condições, os interesses partidários sobrepujaram tudo. Há um festival de propostas sem cabimento, como a de manter 90% dos funcionários por 5 anos, ou que eles sejam absorvidos pela holding. Para os consumidores, ficaria o pagamento de uma conta de ressarcimento ao reajuste do preço do gás natural. Na votação de ontem da comissão especial da MP 814, o relator Eduardo Braga (PMDB-PA) conseguiu aprovar proposta para preservar por dois anos os salários dos empregados que venham a ser demitidos após a venda das distribuidoras. Alteração feita no Congresso dispõe que os estudos para a privatização da empresa só poderão ser iniciados após a aprovação do PL.

A privatização da Eletrobrás e distribuidoras está tendo o mesmo destino que a agenda de 15 pontos importantes apresentada pelo governo depois que desistiu da reforma da Previdência. Mas agora só irá a votação o que for do interesse do



presidente da Câmara. Não votar nada, porém, pode pelo menos evitar dissabores. Os congressistas recentemente se empenharam em destruir as receitas da União, ampliando a farra do Refis e benesses para ruralistas devedores do Funrural.

As tentativas do governo Temer de determinar a agenda política e econômica até seu fim não estão dando certo. O governo parece condenado a ser conduzido a reboque para qualquer lado, sem força para indicar um rumo.

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Empresas**

**Autor: Francisco Góes | Do Rio**

**Título: Vale poderá pagar US\$ 4 bilhões em dividendos no ano**

O bom momento vivido pela Vale vai permitir à mineradora pagar dividendos agressivos aos acionistas ao mesmo tempo em que reduzirá a dívida líquida ao nível de US\$ 10 bilhões ainda este ano (em março de 2017, era de US\$ 22,8 bilhões). A mensagem é do presidente da mineradora, Fabio Schvartsman, que em 15 de maio completa um ano à frente da empresa.

Foi um período de muitas mudanças na Vale, incluindo a unificação de ações no ano passado, trocas na gestão, redução da dívida e foco na qualidade do produto em detrimento de volumes de produção. Para Schvartsman, os resultados estão aparecendo. Disse que em 12 meses até ontem, a ação da Vale na B3 se valorizou 70,4%.

Ele também deixou clara a aposta que a empresa está fazendo no negócio de metais, que no primeiro trimestre representou 16% do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), participação que deve chegar a 30% em dois anos. "A Vale está pronta para a revolução no carro elétrico", disse, em entrevista ao **Valor**. A Vale se prepara para fornecer níquel de alta qualidade para as baterias de veículos elétricos.

Schvartsman disse também que somente com base nos resultados do 1º trimestre, anunciados ontem, a Vale vai pagar US\$ 1 bilhão em dividendos aos acionistas em setembro. Se esse número for repetido nos trimestres seguintes, a Vale irá distribuir US\$ 4 bilhões em dividendos aos acionistas em 12 meses, parte pago em 2018 e parte em 2019.

Schvartsman afirmou que, nessa hipótese, a Vale estaria pagando 5,5% ao ano em dólares em termos de rendimento ("dividend yield"), um retorno expressivo ao acionista considerando os baixos juros em dólares na atualidade. A conta considera o valor de mercado da Vale ontem, na faixa de US\$ 73 bilhões, e o



pagamento de US\$ 4 bilhões em dividendos relativos ao exercício de 2018 (a conta extrapola os números do 1º trimestre para o restante do ano).

Pela nova política de dividendos da Vale, a empresa vai pagar 30% do Ebitda na forma de dividendos, menos o investimento corrente. O pagamento será feito sempre em duas parcelas: uma em setembro, relativa ao primeiro semestre; e outra em março, relacionada ao segundo semestre.

Schvartsman disse ao **Valor** que a Vale desempenhou "muito bem" no primeiro trimestre, entregando o resultado que dela se esperava. Isso apesar da queda de 5% nos volumes de produção de janeiro a março e dos preços do minério de ferro no mercado à vista na China terem ficado US\$ 11,3 por tonelada abaixo do primeiro trimestre de 2017.

"O ponto focal no qual viemos trabalhando é que nosso produto é um produto de qualidade e não mais uma commodity. É isso que está por trás do resultado [do 1º trimestre]", disse. Assim, com os produtos da Vale sendo "diferenciados", a empresa consegue receber "prêmios" sobre o minério de ferro de referência do mercado.

"O Ebitda por tonelada no minério de ferro é igual ao preço de venda de alguns concorrentes", afirmou. Significa que algumas mineradoras vendem o minério de ferro pelo preço que a Vale obtém de margem (a margem Ebitda da empresa no 1º trimestre foi de US\$ 39,8 por tonelada).

A perspectiva, segundo Schvartsman, é que a Vale tenha resultados "constantemente crescentes", independentemente dos preços das commodities. O executivo afirmou ainda que hoje a companhia não tem nenhuma discussão sobre investimentos em novos ativos, focando-se em melhorar o portfólio existente.

Nesse sentido, três ações estão em curso: o aumento da produção do S11D, no Pará, que vai atingir 45 milhões de toneladas até o fim do ano, o dobro em relação a 2017; a retomada de três pelletizadoras (duas em Vitória, no Espírito Santo, e uma em São Luís, no Maranhão); e o aumento em 40% no volume de minério de ferro blendado em relação ao ano passado.

Essas são iniciativas para aumentar a qualidade do produto e, por consequência, dos prêmios recebidos pela empresa. Embora a Vale vá atingir este ano capacidade de 450 milhões de toneladas no minério de ferro, não produzirá mais do que 400 milhões, ressaltou. A Vale vem privilegiando margens ao invés de volumes.

Em relação à Samarco, Schvartsman disse que o foco é retomada da produção. Segundo disse, a discussão com a BHP Billiton, sócia da Vale na pelletizadora,

sobre um rearranjo societário na empresa é "secundária" neste momento. A Vale tem a expectativa de que a Samarco possa voltar a operar no começo de 2019, mas reconhece que essa é uma questão que não está sob seu controle (depende das autoridades governamentais).

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Rafael Rosas, Alessandra Saraiva e Francisco Góes | Do Rio

**Título:** Mineradora mostra resultado sólido no 1º tri

A Vale apresentou um resultado sólido no primeiro trimestre do ano, mesmo com a queda significativa dos preços médios realizados do minério de ferro na comparação com o ano passado. Entre janeiro e março, a companhia teve lucro líquido de R\$ 5,1 bilhões, 34,6% a mais que em igual período de 2017, enquanto o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) recuou 5,18% na mesma comparação, para R\$ 12,8 bilhões.

Apesar da queda do lucro e do Ebitda, a mineradora apresentou forte receita operacional líquida, com R\$ 27,9 bilhões entre janeiro e março, 4,49% acima dos três primeiros meses de 2017. Além disso, o lucro do primeiro trimestre ficou 101% acima do quarto trimestre do ano passado, mesmo com os efeitos sazonais negativos que costumam afetar a produção de minério de ferro, principal produto da companhia, no começo do ano.

O diretor-executivo de Finanças e Relações com Investidores da Vale, Luciano Siani Pires, afirmou, em vídeo divulgado ontem, que a geração de caixa da mineradora no primeiro trimestre foi muito semelhante ao observado no quarto trimestre de 2017 - pouco usual, devido à sazonalidade dos dois períodos.

Historicamente, os primeiros meses do ano são de menor ritmo de produção, devido a regime de chuvas no Norte do país, onde a empresa concentra maior parte de sua extração de minério de ferro. No entanto, o executivo comentou que, mesmo com perspectiva de menor produção no começo do ano, o ritmo de vendas foi bom, o que afetou favoravelmente a geração de caixa no primeiro trimestre deste ano.

"Este resultado foi conseguido graças à flexibilidade de nossa cadeia de suprimentos de minério de ferro. Batemos recorde de vendas, apesar da produção menor. Um recorde de vendas para um primeiro trimestre", afirmou.

No dia 16 deste mês, a Vale já havia anunciado que as vendas de 84,3 milhões de toneladas de minério de ferro e pelotas foram recorde para um primeiro trimestre, o que aconteceu a despeito da queda de 4,9% na produção de

minério de ferro no período. Essas vendas, somadas ao bom resultado operacional do primeiro trimestre, mostram o acerto da estratégia da companhia de segurar as vendas no quarto trimestre à espera de condições melhores de preços.

Essas condições se mostraram melhores entre janeiro e março, quando a companhia conseguiu um prêmio médio por qualidade de minério de US\$ 5,2 por tonelada, levando o preço médio dos finos de minério de ferro realizado no primeiro trimestre a US\$ 66,41 por tonelada, uma alta de 5,24% frente ao quarto trimestre de 2017. Mas esse preço ainda ficou 12,36% abaixo dos US\$ 75,78 por tonelada dos três primeiros meses de 2017. Aí entra o forte volume de vendas, que conseguiu equilibrar o resultado da companhia frente ao primeiro trimestre do ano passado, mesmo com a forte queda no valor do principal produto da empresa.

Outro fator relevante para a companhia foi a redução do endividamento. A dívida líquida atingiu US\$ 14,901 bilhões ao fim de março, queda de 17,8% frente aos US\$ 18,143 bilhões do fim do quarto trimestre do ano passado. Na comparação com os US\$ 22,777 bilhões do primeiro trimestre de 2017, a dívida líquida recuou 34,5%.

Segundo a Vale, a redução da dívida foi viabilizada pela forte geração de caixa e recebimentos de caixa da ordem de US\$ 3,7 bilhões relativos à conclusão da venda de fertilizantes para a Mosaic e do Project Finance do Corredor de Nacala no primeiro trimestre, reforçando o objetivo de alcançar US\$ 10 bilhões de dívida líquida "no curto prazo". "A significativa redução do endividamento foi obtida mesmo com o pagamento de remuneração ao acionista de US\$ 1,4 bilhão em 15 de março de 2018", frisou a mineradora, que informou ainda que a alavancagem, medida pela relação da dívida líquida sobre o Ebitda ajustado, caiu de 1,2 vezes no quarto trimestre para 1 vez ao fim de março. No primeiro trimestre do ano passado, essa relação era de 1,6 vezes.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:**

**Título:** Destaques

### Layoff da Anglo American

A mineradora Anglo American pretende retomar somente no fim do ano as atividades de seu maior empreendimento no Brasil, o Minas-Rio. Cerca de 1.000 funcionários em Minas Gerais serão colocados em regime de layoff por um período de cinco meses a partir de meados de maio, segundo o sindicato da

categoria. A empresa confirma o afastamento, não comenta o número de funcionários atingidos pela medida. Em março, houve dois vazamentos de minério de ferro do mineroduto da empresa. Os dois afetaram o município de Santo Antonio do Gramma (MG). A empresa anunciou, na terça-feira, que a retomada das atividades do empreendimento deverão acontecer somente no último trimestre. Na terça-feira, a Anglo fechou com a direção do sindicato que representa seus trabalhadores, na região da mina, em Conceição do Mato Dentro (MG), que cerca de 1.000 funcionários serão colocados em layoff por um período de cinco meses. A proposta precisa ser ratificada em assembleia dos trabalhadores marcada para a próxima quinta-feira.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Camila Maia, Rodrigo Polito e Graziella Valenti | De São Paulo e do Rio

**Título:** Conselho retira oferta de ações e Eletropaulo terá disputa em leilão

O conselho de administração da Eletropaulo cancelou ontem a oferta primária de ações anunciada há duas semanas, em uma reunião realizada logo depois que a Enel aumentou o valor proposto pela companhia, para R\$ 32 por ação. Com a oferta, que avalia a empresa em R\$ 5,3 bilhões, a italiana retomou a liderança na disputa do controle da distribuidora de energia.

A decisão da disputa, protagonizada até o momento pela Enel e pela Iberdrola, deve ser decidida apenas em um leilão na bolsa em 18 de maio. Não se sabe, neste momento, qual direção a espanhola vai tomar. O **Valor** apurou que a controladora da Neoenergia pode enfrentar obstáculos para aumentar seu preço, por conta de uma falta de acordo dos sócios Previ e Banco do Brasil que, juntos, somam cerca de 47% das ações da companhia.

Segundo fontes a par do assunto, a Iberdrola tinha a intenção de aumentar a sua proposta ainda ontem para R\$ 33, mas a iniciativa não teve o aval dos sócios brasileiros na Neoenergia. Caso essa posição se mantenha, a única forma da espanhola aumentar sua proposta será derrubando o veto. O acordo de acionistas da companhia exige, para isso, uma recomendação de um banco de primeira linha, que teria que justificar a viabilidade econômico-financeira de uma nova elevação no preço. A outra saída seria a Iberdrola participar sozinha da disputa. O prazo, porém, é apertado para isso.

De toda forma, a espanhola tem recursos e segue com a intenção de aumentar a oferta e continuar na disputa. O **Valor** apurou que logo depois que a proposta nova da Enel foi tornada pública, executivos da companhia se fecharam em reuniões, com a expectativa de passarem a noite discutindo as alternativas.

Na segunda-feira, o colegiado da Eletropaulo tinha decidido manter a emissão de ações, que seria ancorada pela Neoenergia. Na data, a maior oferta que a distribuidora tinha, de R\$ 29,40, era da Neoenergia, o que justificava, segundo o conselho, a decisão.

Ontem, já com a nova oferta da Enel em mãos, o conselho aprovou, por unanimidade, o cancelamento da operação. Essa era uma condição colocada pela italiana para continuar com sua oferta. A ata da reunião do colegiado diz que a decisão vai permitir "a melhor evolução da competitividade" entre as ofertas públicas de aquisição de ações (OPAs) até agora apresentadas.

***Iberdrola enviou carta à Comissão Europeia se queixando da conduta da Enel no processo, com vantagem por ser estatal***

Segundo o conselho, manter todas as três OPAs lançadas até agora (pela Enel, Neoenergia e Energisa), além de permitir outras novas potenciais ofertas, vai ajudar a maximizar o valor da companhia para seus acionistas, sem prejuízo do atendimento das necessidades de capitalização da Eletropaulo. O edital da OPA da Enel prevê o aporte de R\$ 1,5 bilhão na companhia, ao mesmo tempo em que a Neoenergia tinha se comprometido a comprar esse mesmo valor em ações da companhia no aumento de capital.

A história repete no Brasil uma rivalidade entre as duas companhias que se acentuou na Espanha, quando a Enel, em 2009, conseguiu comprar o controle da Endesa, passando na frente de outros concorrentes.

No domingo, a Enel chegou a publicar uma carta nos principais jornais brasileiros afirmando que o aumento de capital não seria feito em um momento adequado, devido ao cenário de competição acirrada pelo controle da Eletropaulo. "Em um contexto de concorrência pela aquisição do controle da companhia, o tratamento privilegiado a um participante específico por parte da administração da companhia frustra o processo competitivo para aquisição de controle previsto na Lei das Sociedades por Ações e elimina qualquer outra alternativa para a companhia e seus acionistas. Isso resulta na destruição de valor para a companhia e seus acionistas", disse a italiana na carta.

Do lado da Iberdrola, a carta foi alvo de críticas, uma vez que Enel participou da concorrência feita pela Eletropaulo pela ancoragem da emissão de ações. A Neoenergia venceu ao propor o preço mais alto para a operação, de R\$ 25,51. Em seguida, a Enel lançou a OPA com o preço de R\$ 28 por ação, acentuando a competição.

Ontem, a Iberdrola apresentou à Comissão Europeia uma carta de reclamação formal com relação ao comportamento da Enel. No documento, a Iberdrola

disse que a italiana, tomando vantagem de sua posição como estatal, não está respeitando as regras para um processo competitivo de ofertas por companhias privadas. "Desde o início, a Enel está tentando influenciar o conselho de administração da companhia e o regulador brasileiro assim como intimidar os competidores com um injusto comunicado de imprensa", disse a espanhola.

A Iberdrola disse ter notado que a italiana "não está operando de acordo com os critérios de mercado e está adotando decisões com a ausência de qualquer tipo de lógica econômica". O documento, de sete páginas, foi enviado aos chefes de gabinetes de competitividade e ação climática e energia do órgão europeu. Segundo o grupo espanhol, as duas companhias competem diretamente em vários mercados europeus e internacionais, mas esta competição não estaria se dando no nível adequado porque a Enel estaria tomando vantagem de sua condição estatal e de sua posição quase monopolista no mercado doméstico italiano.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Murillo Camarotto | De Brasília

**Título:** TCU bloqueia R\$ 508 milhões da Andrade por fraudes em Angra 3

O Tribunal de Contas da União (TCU) decretou ontem o bloqueio de R\$ 508 milhões em bens da construtora Andrade Gutierrez. A punição também afeta ex-executivos da empresa e da estatal Eletronuclear, todos envolvidos em superfaturamento e gestão fraudulenta no contrato de obras civis da usina nuclear de Angra 3.

A decisão consumiu quase três horas de debate no plenário do órgão e terminou sem unanimidade. Relator do processo, o ministro Bruno Dantas disse que a robustez dos indícios de má-fé da empresa, associados ao descumprimento de uma promessa de colaborar com o tribunal tornaram o bloqueio indispensável para garantir um eventual ressarcimento ao erário.

A condenação, entretanto, também tem como pano de fundo as ações tomadas pela Andrade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra decisões futuras do TCU. Uma liminar assinada há duas semanas pelo ministro Gilmar Mendes proíbe o tribunal de declarar a inidoneidade da empreiteira.

Gilmar argumentou que a Andrade assinou acordo de leniência com o Ministério Público Federal e que a declaração de inidoneidade impediria o cumprimento desse trato, pelo qual a empresa se comprometeu a devolver R\$ 1 bilhão. Quem é declarado inidôneo fica impedido de entrar em licitações e tomar crédito com o governo.

A apelação ao STF fustigou técnicos e ministros do TCU, que se sentiram desrespeitados. Ainda assim, a procuradoria do tribunal deu parecer contrário ao bloqueio de bens, alegando que a medida não é necessária nesse momento.

A tese, porém, foi vencida pela maioria do colegiado, com exceção do ministro-substituto André Luís de Carvalho. De acordo com o relator, o nível de detalhamento dos achados da unidade técnica do TCU são mais do que suficientes para o bloqueio patrimonial.

Dantas disse ainda que a empresa não vem cumprindo as promessas de colaborar com o TCU, feitas após a Andrade escapar de ser declarada inidônea em outro processo de Angra 3, relacionado à montagem eletromecânica da usina. Nesse contrato, Odebrecht e Camargo Corrêa também se comprometeram a confessar ilegalidades.

"A unidade chama atenção ao fato de a empresa não ter admitido, até o momento, a participação nas irregularidades ora tratadas, nem apresentado documentação fiscal e contábil que comprovasse, com segurança, os custos reais por ela incorridos", disse o relator.

Presente ao plenário, a advogada da empresa, Tathiane Viggiano, se buscou demonstrar que a Andrade tem colaborado. Ela mencionou, por exemplo, a confissão de superfaturamento na instalação de pisos de alta resistência na usina. Dantas classificou os exemplos apresentados pela empresa como insignificantes para o tamanho do dano causado ao erário.

Segundo a advogada, o bloqueio dos bens seria desastroso para a empresa, com repercussão negativa em seus mercados de atuação. A punição à Andrade chega no momento em que uma de suas rivais, a Odebrecht, se desdobra para pagar uma dívida de valor próximo ao bloqueado.

Em nota, a Andrade argumentou que a decisão do TCU é injusta e contrária ao interesse público, pois ameaça o cumprimento do acordo de leniência assinado pela empresa com a Lava-Jato.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Marina Falcão | Do Recife

**Título:** Polo petroquímico de Suape vive incerteza operacional

A Alpek, do México, e a Indorama Ventures, da Tailândia, estão assumindo o controle das empresas do polo petroquímico de Suape, em Ipojuca (PE), com a missão viabilizar negócios deficitários e em reestruturação financeira. Os



balanços da Petroquímica Suape e da Citepe, subsidiárias da Petrobras vendidas para a Alpek, e da M&G, adquirida pela Indorama, trazem em comum não apenas mais uma leva de prejuízos, mas o alerta dos auditores independentes sobre a incerteza da continuidade operacional dessas empresas.

Como subsidiárias integrais da Petrobras, a Petroquímica Suape (PQS) e a Citepe acumulam prejuízos de R\$ 9,8 bilhões desde que foram criadas. No ano passado, a PQS, produtora de PTA, registrou uma perda de R\$ 122 milhões, bastante inferior ao prejuízo de R\$ 1,4 bilhão de 2016, quando precisou fazer ajustes contábeis referentes ao valor recuperável dos ativos ("impairment").

Produtora de insumos da cadeia do poliéster, a Citepe também reduziu o prejuízo, de R\$ 1,5 bilhão para R\$ 205 milhões, na mesma comparação. Os números foram divulgados ontem.

Apesar da melhora no resultado final, as duas empresas ainda tiveram perdas operacionais: de R\$ 115 milhões na Citepe e de R\$ 280 mil na PQS. A receita da Petroquímica Suape ficou estável em R\$ 1 bilhão e a da Citepe também praticamente não mudou, permanecendo em R\$ 950 milhões.

Os auditores destacaram que há uma "incerteza relevante" em relação à continuidade operacional das empresas, que não tem gerado fluxo de caixa positivos. Um dos principais problemas da PQS é a alta ociosidade na fábrica. "Espera-se que novo controlador apresente um plano de negócios para a continuidade operacional da companhia", afirmou a administração da PQS, ressaltando que os compradores receberão a empresa com as dívidas de longo prazo estruturadas.

No caso da Citepe, a administração apontou que o problema é a dificuldade de escoamento da produção, devido à não conclusão da unidade de fiação. No mercado de PET, a empresa enfrenta concorrência da M&G, há mais tempo estabelecida no mercado nacional, e não consegue alavancar as vendas. "A assunção dos negócios pela Alpek traz expectativa de ocupação maior das unidades, já que a nova controladora dispõe de alcance global dos produtos aqui fabricados, além de comprovada expertise em unidades similares em outros países", afirmou a Citepe.

A transação de venda das duas empresas para a mexicana Alpek já foi aprovada, com restrições, pelo Cade. A mudança no controle deve ser concluída no final deste mês.

Em 2017, a Petroquímica Suape reverteu patrimônio líquido negativo em R\$ 202 milhões para positivo em R\$ 251 milhões. Na Citepe, o patrimônio subiu de R\$ 305 milhões para R\$ 612 milhões.



Os prejuízos no polo petroquímico de Suape não se restringem às subsidiárias da Petrobras, mas também a sua concorrente (no mercado de PET) e cliente (de PTA) M&G Polímeros, que passou para o controle da Indorama Ventures Company, da Tailândia.

O balanço da companhia, divulgado ontem, do ano passado revela os impactos negativos da recuperação judicial enfrentada por sua controladora nos Estados Unidos e na Itália. A empresa teve prejuízo líquido de R\$ 568 milhões no ano passado, contra lucro de R\$ 47 milhões em 2016, apesar de uma alta de 6,2% na receita, que alcançou R\$ 1,7 bilhão.

O prejuízo ocorreu devido ao registro de uma provisão para valor recuperável de R\$ 382 milhões e de uma outra para créditos de liquidação duvidosa de R\$ 177,6 milhões. A empresa ressaltou que para reestabelecer o equilíbrio financeiro, assinou acordo de "stand still" (para adiar pagamentos) com instituições financeiras.

Os auditores ressaltaram que há uma incerteza em relação a continuidade operacional da empresa, apontando que o passivo de curto prazo da companhia excede em R\$ 392 milhões seus ativos de curto prazo. Ao fim de dezembro, o retrato patrimonial da M&G era o seguinte: se vendesse todos os seus ativos, ainda sobraria um passivo de R\$ 72 milhões.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Agronegócios

**Autor:** Camila Souza Ramos e Cleyton Vilarino | De São Paulo

**Título:** Usinas cancelam a exportação de 400 mil toneladas de açúcar

O derretimento dos preços futuros do açúcar, que ontem chegaram ao menor patamar em nove anos e oito meses na bolsa de Nova York, já levou usinas brasileiras a cancelarem contratos de exportação referentes a pelo menos 400 mil toneladas do produto, segundo Arnaldo Corrêa, analista da Archer Consulting. A iniciativa está partindo das próprias usinas e tem deixado as tradings de açúcar a ver navios.

O cancelamento da exportação desse volume significaria deixar de gerar uma receita de aproximadamente US\$ 130 milhões, tendo como base o preço médio de exportação do açúcar bruto na última semana (US\$ 325,40 por tonelada) reportado pela Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic).

O volume representa cerca de 2% do que o Brasil pode exportar nesta safra, considerando que as vendas externas correspondem a dois terços da produção - estimada em cerca de 30 milhões de toneladas pelas principais consultorias.

A decisão de cancelar contratos de exportação tem sido norteadada pela comparação entre os preços do açúcar e do etanol, que continua sendo mais rentável para as usinas, mesmo depois da forte desvalorização desde o início da moagem da safra 2018/19 no Centro-Sul. Em cinco semanas, o indicador Cepea/Esalq para o etanol hidratado em São Paulo recuou 22%.

Com o cancelamento do contrato, essa quantidade de açúcar deixará de ser fabricada, então o caldo da cana deve ser destinado à produção de etanol. Assim, a oferta do biocombustível poderá crescer 240 milhões de litros nesta safra, estima Corrêa.

Analistas afirmam que o preço atual do açúcar está dando prejuízo, enquanto a cotação do etanol hidratado ainda proporciona alguma margem positiva, embora já esteja próxima do valor do custo de produção, como observou Plinio Nastari, presidente da consultoria Datagro, em apresentação recente pela internet.

Segundo Corrêa, está valendo mais a pena cancelar a exportação programada para produzir etanol do que trocar de contrato e exportar o açúcar na entressafra, período para o qual os contratos futuros proporcionam uma remuneração um pouco maior. Na bolsa de Nova York, o contrato do açúcar demerara para março de 2019 oferecia ontem um prêmio de 169 pontos sobre os contatos para entrega em maio.

Ontem, porém, todos os papéis aprofundaram as perdas diante da enxurrada de açúcar da Índia, Tailândia e da União Europeia. Os três têm surpreendido com produções acima do esperado. Os contratos para maio fecharam ontem a 10,86 centavos de dólar a libra-peso, com queda de 28 pontos.

"O mercado não esperava um excedente tão grande nesses dois países", diz João Paulo Botelho, da FCStone, ao comentar a oferta da Índia e da Tailândia. Ele estima uma safra de 31 milhões de toneladas no caso indiano, ante projeção inicial de 24 milhões de toneladas. Para a Tailândia, a previsão é de 15 milhões de toneladas.

Na Europa, a surpresa ficou por conta da área plantada de beterraba. As perspectivas de queda no próximo ano-safra diante dos baixos preços do açúcar parecem longe de ser confirmar - o que deve tornar o continente um exportador líquido pela segunda temporada consecutiva. Segundo Botelho, isso

se deve principalmente a contratos de longo prazo que os produtores têm com as usinas e a um cenário pouco positivo para outras culturas.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Finanças

**Autor:** Daniela Meibak | De São Paulo

**Título:** Light capta apesar de volatilidade

A Light conseguiu levantar US\$ 600 milhões no mercado internacional de dívida mesmo diante da cautela dos investidores com o movimento de alta do retorno dos títulos do tesouro americano (Treasuries). A elétrica acessou esse mercado pela primeira vez com a emissão de bônus com vencimento em 2023 e retorno ao investidor ("yield") de 7,375%. A companhia conseguiu reduzir a taxa em relação ao estimado na abertura do livro de ofertas, de 7,5%, e atingiu demanda de mais de duas vezes o livro. A emissão foi coordenada por Banco do Brasil, Bradesco, Citi, Itaú e Santander.

Segundo um banqueiro, o livro teve a participação relevante de clientes institucionais, mas com ofertas menores do que o usual por causa da volatilidade e da cautela ao assumir riscos. Os treasuries de dez anos romperam a barreira de 3% e esse movimento mudou o humor dos investidores. Os títulos de cinco anos romperam a marca de 2,8%, preço em que os títulos de dez anos eram negociados semanas atrás. O movimento é puxado pela perspectiva de que a economia americana está avançando mais depressa, o que pode provocar inflação.

"Veremos uma reprecificação dos ativos se os treasuries continuarem abrindo. Na minha visão, neste ano, os emissores poderão acessar o mercado em janelas específicas. E a atual já está fechando", disse um banqueiro.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Legislação e Tributos

**Autor:** Rodrigo Polito e Beatriz Olivon | Do Rio e Brasília

**Título:** STJ autoriza distribuidoras a cortar fornecimento de quem furta energia

As distribuidoras de energia obtiveram ontem uma vitória importante no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os ministros da 1ª Seção decidiram, por meio de recursos repetitivos, que as empresas podem suspender o fornecimento a consumidores que não pagarem, no prazo de vencimento, débitos decorrentes de fraude ou furto de energia. Será preciso, porém, a emissão de aviso prévio de corte.

A decisão, unânime, foi comemorada pela Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). Estima-se que o consumo irregular gera prejuízo anual entre R\$ 6 bilhões e R\$ 8 bilhões. O valor é rateado entre as próprias distribuidoras e os clientes adimplentes.

Para o presidente da Abradee, Nelson Leite, "foi uma decisão muito sensata", que reforçará o trabalho das distribuidoras de combate à fraude e furto e de cobrança pelo consumo de energia. "Tivemos uma boa notícia hoje [ontem]."

A vitória foi conquistada após uma reviravolta no julgamento. O relator, ministro Herman Benjamin, mudou seu entendimento e foi seguido pelos demais integrantes da 1ª Seção. Inicialmente, havia entendido que as distribuidoras não poderiam suspender o fornecimento, pois estariam cobrando dívidas superiores a 90 dias - fraude ou furto no consumo ocorridos anteriormente. Ele acatou algumas mudanças sugeridas pelo ministro Sérgio Kukina.

De acordo com norma da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a distribuidora pode cortar administrativamente a energia de consumidor com até 90 dias de inadimplência em relação à emissão da fatura. Após esse período, fica caracterizado o "débito pretérito". Neste caso, a companhia só poderá cobrar o débito por vias ordinárias, sem direito de suspender o fornecimento.

Em seu voto, o ministro afirmou que fez um levantamento da jurisprudência do STJ sobre corte administrativo de energia e encontrou três situações: falta de pagamento; recuperação de consumo com responsabilidade atribuída à concessionária (quando ela troca o medidor e ele não funciona e depois cobra o atraso); e recuperação de consumo com responsabilidade atribuível ao consumidor (normalmente fraude ou furto).

De acordo com ele, pela jurisprudência do STJ, uma pessoa que esqueceu de pagar a conta por três meses poderia ter o serviço cortado, mas não seria autorizada a suspensão de fornecimento em caso de fraude. "Nossa jurisprudência dava a entender que não era possível o corte no caso de fraude. Nós sabemos que proteção ao consumidor não é proteção ao criminoso", afirmou.

A decisão estabeleceu que a medida pode ser tomada para cobranças de contas referentes aos três meses anteriores à apuração da fraude (REsp 1.381.222, REsp 1.412.433 e REsp 1.412.435). "Finalmente o STJ pacificou o entendimento que é possível o corte de fornecimento do fraudador de energia que não venha a pagar a fatura", afirmou o advogado Vitor Alves de Brito, do escritório Sérgio Bermudes, que representa a Abradee no caso. Segundo ele, uma decisão

contrária sinalizaria ao consumidor que seria melhor furtar energia do que não pagar a fatura.

A tese repetitiva aprovada no julgamento afirma que "na hipótese de débito estrito de recuperação de consumo efetivo por fraude no aparelho medidor atribuída ao consumidor, desde que apurada em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, é possível o corte administrativo de energia elétrica mediante prévio aviso ao consumidor pelo inadimplemento de energia recuperada correspondente ao período de 90 dias anterior à constatação da fraude, desde que executado o corte em até 90 dias após o oferecimento do débito, sem prejuízo ao direito de a concessionária usar os meios judiciais ordinários de cobrança da dívida. Inclusive anterior aos mencionados 90 dias de retroação".

**MME / ASCOM .**